Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

ACÓRDÃO - AC00 - 1666/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/3922/2021
PROTOCOLO	: 2098347
TIPO DE PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
ÓRGÃO	: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: AUGUSTO CESAR FERREIRA DE CASTRO
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (JUCEMS) – ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS – RESULTADOS FINAIS DO EXERCÍCIO – EXIGÊNCIAS LEGAIS – CONFORMIDADE – CONTAS REGULARES.

O encaminhamento da prestação de contas de gestão com os documentos obrigatórios, que revelam o atendimento às exigências constitucionais, legais, e regulamentares aplicáveis à matéria, enseja a declaração das contas como regulares.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 16ª Sessão Ordinária Presencial do Tribunal Pleno, realizada em 10 de agosto de 2022, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pelo julgamento da Prestação de Contas Anual de Gestão da **Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul (JUCEMS)**, relativo ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do Sr. **Augusto César Ferreira de Castro** (Diretor Presidente - atual), como **contas regulares**, nos termos do art. 21, II c/c o art. 59, I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o art. 17, inciso II, “a”, 4, do Regimento Interno TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto.

Campo Grande, 10 de agosto de 2022.

Conselheiro **Jerson Domingos** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

O presente processo trata da Prestação de Contas de Gestão da **Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul (JUCEMS)**, relativo ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do Sr. Augusto César Ferreira de Castro (Diretor Presidente - atual), conforme nomeação através do Decreto "P" nº 114/2019 (fl. 06) feita pelo Sr. Reinaldo Azambuja Silva (Governador do Estado - atual).

A equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão/Coordenadoria de Contas do Estado, em exame final da matéria (ANA - DFCGG/CCE - 2283/2022, fls. 246/265), manifestou-se nos seguintes termos:

> "Face ao exposto neste relatório, concluiu-se que estas Contas de Gestão reúnem condições técnicas para serem consideradas **REGULARES**, nos termos do *caput* e § 4º do art. 110 do Regimento Interno, sem prejuízo da apuração de atos ou fatos ocorridos nesse período, por meio de outros instrumentos de fiscalização no âmbito do controle externo, e que não chegaram ao conhecimento deste órgão técnico." (grifo conforme o original).

A Auditoria emitiu o Parecer PAR - PSS - 6282/2022 (fls. 267/277), opinando da seguinte forma:

> "Ante o exposto, com base nos exames e conclusões presentes nas fundamentações deste parecer, em cumprimento ao que estatuem os artigos 14, I, e 59, I, todos da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 (LO/TCE/MS), opinamos pela **regularidade das contas da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**, relativa ao exercício financeiro **de 2020**. Opinamos ainda, para que seja efetuada ao contador da Unidade Gestora a recomendação constante do item 2.2.5 com o objetivo de evitar as inconsistências detectadas." (grifo conforme o original).

O Representante do Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (PAR - 2ª PRC - 7294/2022, fls. 278/280):

"I – Julgue como **REGULAR** a Prestação de Contas de Gestão, exercício de 2019, da Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul, gestão do Sr. **AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO**, Diretor-Presidente, nos termos do artigo 77, inciso II da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul c/c artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 e artigo 17, inciso II, "a", 3, da Resolução TCE/MS nº 98/2018; II – este Parecer está fundamentado em documentos de Prestação de Contas Anuais de Gestão, excetuando-se quaisquer impropriedades ou irregularidades detectadas em processos de instrumentos de fiscalização dispostos no art. 26, bem como aqueles sujeitos a registros, previstos no art. 34, assim como os de Prestação e de Tomada de Contas, do art. 35, incisos I a VI, todos da Lei Complementar nº 160/2012, tais como: adiantamentos, acordos, ajustes, auxílios, convênios, subvenções ou outros instrumentos que constituam repasse de recursos públicos e; III – **COMUNIQUE** o resultado do julgamento aos interessados nos moldes do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal." (grifo conforme o original).

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos – Relator

Das razões do voto

Vieram os autos para análise e relatório-voto da Prestação de Contas de Gestão da **Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul (JUCEMS)**, relativo ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do Sr. Augusto César Ferreira de Castro (Diretor Presidente - atual).

Em análise da documentação acostada nos autos observa-se que a entrega destas contas anuais de gestão ocorreu em 14/04/2021 (data de autuação do sistema eletrônico e-Contas), portanto, dentro do prazo determinado no Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 88/2018 (Anexo II, Item 1.2, Subitem 1.2.1, letra "A") e Resolução nº 143/2021 que prorrogou o prazo, conforme o recibo de protocolo (fl. 02). **Concomitantemente**, as mesmas, apresentaram-se instruídas com os documentos exigidos no (Anexo II, Item 1.2, Subitem 1.2.1, letra "B") da mesma Resolução.

Observa-se que a Lei Estadual nº 5.489/2019 (LOA) autorizou para o Órgão créditos orçamentários na ordem de R$ 11.352.200,00 (Onze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil e duzentos reais), conforme se verifica na análise da Divisão de Contas (ANA - DFCGG/CCE - 2283/2022, fls. 246/265) e LOA (fl. 67).

No decorrer da execução, os créditos orçamentários e respectivas dotações geridos pelo Órgão foram abertos créditos suplementares aumentando e diminuindo o orçamento da JUCEMS. Com isso, a despesa inicialmente autorizada **permaneceu inalterada**, sendo **compatível** com a importância registrada tanto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (fl. 62), como no Anexo 12 - Balanço Orçamentário (fls. 79/81).

A execução orçamentária da receita atendeu à disposição do art. 11 da Lei Federal n. 4.320/1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a classificação econômica da receita orçamentária, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (fl. 61), o qual evidencia receita orçada de R$ 11.352.200,00 e arrecadada na ordem de R$ 11.930.504,64.

Outrossim, também restou suprida a determinação do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por categorias econômicas e por classificação funcional, conforme constatado no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (fl. 62), o qual demonstra despesa autorizada de R$ 10.735.795,65 e empenhada na ordem de R$ 8.742.376,37.

Os resultados finais do exercício foram demonstrados nos Balanços Orçamentário (Anexo 12, fls. 79/81), Financeiro (Anexo 13, fls. 82/83), Patrimonial (Anexo 14, fls. 84/85), Demonstrações das Variações Patrimoniais (Anexo 15, fls. 86/87) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (Anexo 18, fls. 89/90) consoante às exigências dos artigos 101 a 105, da Lei Federal nº 4.320/64 e no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), vigente no exercício, bem como encaminhou as Notas Explicativas às DCASP (fls. 166/173).

No que se refere ao quesito **Transparência e Publicidade** (CF/88, art. 37, *caput* e LRF, art. 48, *caput*), constato em análise dos autos conforme o **Item 2.2** do Parecer da d.Auditoria, **foram juntados os comprovantes** de publicação dos Balanços (Anexos 12, 13, 14, 15, 17 e 18 da Lei n.º 4.320/64, fls. 166/173), **assim sendo**, corroboro, com a equipe técnica desta Corte, **quanto à Transparência e publicidade**, a mesma encontra-se **regular**.

Após o exame inicial da documentação acostada nos autos, a Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão expos em sua análise (ANA -

DFCGG/CCE - 2283/2022, fls. 240/265), que as contas de Gestão da **Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul (JUCEMS)**, relativo ao exercício financeiro de **2020**, reúnem condições técnicas para serem consideradas **regulares**, conforme consta no tópico **4** (CONCLUSÃO) da referida análise técnica.

Os autos então, foram encaminhados para a d.Auditoria, que em seu parecer (PAR - GACS PSS - 6282/2022, fls. 267/277) **ratificou o posicionamento defendido** pela equipe técnica da DFCGG, opinando pela **Regularidade das contas**, haja vista, que as contas estão instruídas com todos os documentos regulares exigidos, e em conformidade com as exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução TCE/MS nº 88/2018.

Provocado a se manifestar, o i.Ministério Público de Contas em seu parecer (PAR - 2ª PRC - 7294/2022, fls. 278/280) após analisar as justificativas/documentos, corroborou integralmente com o posicionamento das equipes técnicas da DFCGG e da d.Auditoria, opinando pela **regularidade das contas**, tendo em vista, que as mesmas estão instruídas com todos os documentos regulares exigidos, e em conformidade com as exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução - TCE/MS nº 88/2018.

Por derradeiro, em análise dos autos, consta o processo do Relatório de Auditoria nº 04/2021 (fls. 14/25), emitido pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** informando que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, **corroborando**, neste caso com o posicionamento defendido pelas equipes técnicas desta Corte de Contas em suas análises.

Ressalto ainda, que o **Administrador Público**, no desempenho de suas funções, deve pautar suas ações estritamente de acordo com os comandos constitucionais e legais, pois assim agindo estará obedecendo ao Princípio da Legalidade expressamente previsto no art. 37 da Constituição Federal.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, consubstanciado na análise da Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão (DFCGG) e nos pareceres ofertados pela d.Auditoria e pelo Ministério Público de Contas, **VOTO**:

1. Pelo julgamento da Prestação de Contas da **Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul (JUCEMS)**, relativo ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do Sr. Augusto César Ferreira de Castro (Diretor Presidente - atual), como **CONTAS REGULARES**, nos termos do art. 21, II c/c o art. 59, I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o art. 17, inciso II, “a”, 4, do Regimento Interno TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto; e

2. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento ao interessado, em conformidade com o art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 99 do Regimento Interno TCE/MS.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, pela regularidade da Prestação de Contas Anual de Gestão.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Tomaram parte no julgamento o Exmos. Srs. Conselheiros Waldir Neves Barbosa, Ronaldo Chadid, Marcio Campos Monteiro e Flávio Kayatt.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 10 de agosto de 2022.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**

Relator

CESB / MFGM / VAB